

OS PROJETOS PARA A MODERNIDADE DE JOSÉ BONIFÁCIO

Ricardo Luiz de Souza

Mestre em Sociologia e doutorando em História pela UFMG.

E-mail: riclsouza@uol.com.br.

O texto faz uma análise tanto da atividade política quanto da obra de José Bonifácio enquanto pensador, buscando articulá-las a partir de um projeto para a modernidade por ele delineado. Busca, a partir daí, estudar os fundamentos e o sentido deste projeto, realçando seu pioneirismo e suas contradições, e buscando compreender sua atividade e suas idéias a partir dos mesmos.

Palavras-chave: Independência, Modernidade, Identidade Nacional.

The projects for José Bonifácio's Modernity. The text in such a way makes an analysis of the activity politics how much of the thinking workmanship of José Bonifácio while, trying to articulate them from a project for modernity for delineated it. It tries, from there, to study the beddings and the direction of this project, being enhanced its pioneerism and its contradiction, and trying to understand its activity and its ideas from these ones.

Keywords: Independence, Modernity, National Identity.

PROJETOS PARA A INDEPENDÊNCIA

Há duas maneiras de escrever sobre personalidades históricas que foram entronizadas no panteão da história oficial: a primeira é escrever sobre elas de baixo para cima, admirando-as na grandeza e algidez de seu pedestal; a segunda é buscando enfocá-las na mira do canhão com o qual se pretende destruir tal pedestal, seja através de uma perspectiva sistematicamente crítica em relação ao papel histórico por elas desempenhado, seja buscando esmiuçar os pretensos defeitos pessoais do personagem, normalmente pouco condizentes com o que se espera do habitante de um panteão histórico. Seria fácil fazer isto em relação a José Bonifácio: ele esteve longe de ser um marido fiel, teve uma filha ilegítima durante seu casamento e parece não ter tido as mulheres em bom conceito, escrevendo, por exemplo: “As mulheres têm sido a peste de minha vida – amo-as, mas não as estimo muito” (Silva, 1998:328).

Tudo isto poderia fornecer munição para os adeptos da segunda maneira, mas, definitivamente, nada disto é importante e nenhuma das duas maneiras deve ser levada a sério. O que se deve buscar, acima de tudo, é a avaliação crítica da importância histórica do personagem e do papel por ele desempenhado no processo histórico de seu tempo.

Qual a importância de Bonifácio? Ela diz respeito, é claro, à sua ação política, mas também a seu pensar a nação. Como diz Dolhnikoff:

“José Bonifácio entraria para a História como o conservador Patriarca da nossa Independência, mas foi bem mais do que isso... Bonifácio, na verdade, inaugurou toda uma linhagem de estadistas que se propuseram a elaborar para o país um projeto global de nação, segundo uma perspectiva mais ampla e mais generosa do que aquela que ditava a ação de seus pares” (Dolhnikoff, 1996:134).

E será basicamente como pensador, não tanto como político – embora ambas as condições sejam, nele, indissociáveis – que ele será aqui estudado.

Antes de engajar-se ativamente no processo de independência, nem a si próprio como brasileiro Bonifácio se referia: adotava sua cidadania portuguesa e referia-se a si mesmo como português,

acentuando, embora, a ressalva de ser português do principado do Brasil (Cardozo, 1970:113).

O envolvimento de Bonifácio com o processo de Independência pode ser datado de 20 de maio de 1821, quando foi escolhido para tomar parte na junta dos eleitores paroquiais pelas paróquias de Santos e São Vicente. Foi um envolvimento marcado sempre pelo pragmatismo, pela recusa a transformações violentas e pela luta por reformas políticas, sociais e econômicas. Tarquínio de Souza descreve o que chama seu estilo de política: “a realização do programa mais vasto, a conquista do maior bem com um mínimo de sacrifício da ordem, com um mínimo de violência, e sempre com a colaboração do tempo, sempre na oportunidade precisa” (Souza, 1945:108).

Apesar deste pragmatismo faltou, contudo, a Bonifácio, a habilidade para a prática política cotidiana, o que Lins ressalta ao narrar um diálogo entre ele e o Marquês de Barbacena:

“Eis, porque, ponderando-lhe certa feita, o Marquês de Barbacena que, para o bem público, seria de desejar que ele, Marquês, tivesse os talentos de José Bonifácio, ou que este possuísse as manhas dele, Marquês, respondeu-lhe o Patriarca: ‘É impossível, senhor Marquês, porque V. Exa. Não teria as suas manhas se tivesse os meus talentos’” (Lins, 1972:71).

Ao estudarmos sua ação política, algumas perguntas impõem-se, e uma delas é: de qual setor da sociedade Bonifácio foi o representante político? Não é possível defini-lo como um representante específico de nenhuma classe social ou setor político, e o abandono progressivo ao qual foi relegado, culminando em um exílio não lamentado por ninguém, sintetiza a inviabilidade de qualquer ligação neste sentido ser feita com êxito.

É ainda sua relativa autonomia em relação às classes sociais e setores políticos que o desestabilizaria enquanto político, conduzindo-o a uma situação onde escassearam os aliados e multiplicaram-se os inimigos. Neste sentido, Wolf atribui a demissão de Bonifácio por Pedro I, principalmente a seu comportamento enquanto ministro e à sua capacidade de fazer inimigos. Para ele, “as violências do ministério José Bonifácio cresciam ainda com a oposição que se lhe fazia. Finalmente o Imperador se decidiu a conceder-lhe demissão e a

substituí-lo por um conselho mais moderado e conciliador” (Wolf, 1955:156).

Tal situação gerou nele, por sua vez, um ódio a Pedro I que jamais desaparecerá e manifesta-se com toda a força em seus escritos particulares onde, em determinado momento, ele escreve: “O Diário anuncia com ênfase as viagens e passeios de Pedro, mas porque não anuncia igualmente quantas vezes bebe, mijá e c... diariamente?” (Silva, 1998:252).

Por trás da queda de Bonifácio – irreversível, em última análise – e da longa duração de seu exílio articulam-se políticos e ideológicos bem sintetizados por Tarquínio de Souza: “Junto de D. Pedro I predominavam elementos que o combatiam aberta ou dissimuladamente – áulicos portugueses e políticos brasileiros, que não o suportavam, e a sedução interesseira da amante paulista a serviço dos pequenos ódios provincianos” (Souza, 1945:264).

A queda de Bonifácio deriva, portanto, de seu isolamento e de uma conjunção de interesses hostis à sua permanência que incluía desde liberais e representantes de interesses escravistas a um D. Pedro I descontente com a tutela sobre ele exercida. Como lembra Cunha, “o que se sabe entretanto é que os liberais do Congresso aproximaram-se do monarca e dos elementos de centro, conservadores ou simples áulicos, para derrubar o velho ministro” (Cunha, 1970:264).

De fato, perdendo antigos aliados e distanciando-se de liberais e democratas, Bonifácio busca novos setores nos quais possa se apoiar. Procura “o apoio dos proprietários rurais conservadores e liberal-conservadores, de juizes e burocratas do alto escalão (muitos deles educados em Coimbra), e de comerciantes do Rio de Janeiro, de São Paulo e agora de Minas Gerais para a instauração de uma monarquia independente no Brasil” (Bethel, 2001, v. III:218).

Tal isolamento e a queda conseqüente derivam, igualmente, das contradições de seu antiescravismo. Bonifácio depara-se com um paradoxo presente, segundo Jancsó e Pimenta, já em 1798 e em 1817: “a impossível equivalência entre corpo social e nação em contexto escravista” (Jancsó & Pimenta, 2000:174).

Reconhecendo implicitamente a existência deste paradoxo, Bonifácio cria um pensamento antiescravista, o que o inconcilia com o pensamento conservador, mas recusa aliar-se aos liberais e republicanos, que seriam os parceiros naturais na condução destas idéias.

Gerou-se, além deste, outro paradoxo que também seria fatal a Bonifácio. Como lembra Martins:

“Não devemos esquecer que, em 1821, se a Independência do Brasil era tida por inevitável, ninguém poderia prever que ela ia se fazer pela mão do príncipe regente, e que este, afinal de contas, em paradoxo não menos surpreendente, ia desenvolver em monarquia constitucional e largamente liberal a monarquia absoluta de seus maiores” (Martins, 1996, v. II:101).

E nesta monarquia, não haveria lugar para o absolutismo de Bonifácio.

Fica, também, a pergunta: qual projeto Bonifácio tinha para o Brasil no período em que ele se engajou na luta pela independência? E qual plano foi por ele traçado para alcançar a Independência? Foi um plano evidentemente marcado pelo gradualismo, já que, em outubro de 1821, ele ainda se refere à manutenção da integridade e indivisibilidade do Reino Unido, embora tendo em mente, já, um futuro desligamento definitivo. Tal desligamento, do jeito que ocorreu, porém, terminou por atropelar seus projetos de maneira fatal para sua carreira política.

De qualquer forma, Lins sintetiza como pontos principais do programa de Bonifácio a desenvolvimento econômico através da abertura de portos e estradas, a exploração de minas e o incremento à agricultura, a criação de escolas públicas, o incentivo à imigração, a proteção e incorporação do índio, a extinção do tráfico e a abolição gradual da escravidão (Lins, 1962:14).

Foi, ainda, um projeto de cunho nitidamente absolutista. Neste sentido, Leite ressalta a presença, em manifestos escritos por Bonifácio pouco antes da Independência, de elementos absolutistas que sintetizam o projeto de seu autor. Tratava-se de resguardar a unidade nacional e o poder central contra a democracia e a anarquia, conceitos que terminam soando indistintos. Tratava-

se de sufocar o republicanismo, associado por Bonifácio ao separatismo; conceitos que, também, terminam soando indistintos. Conclui Leite: “A essência de seu projeto é, portanto, um governo não-constitucional, estando em segundo plano a manutenção do Reino Unido de Brasil e Portugal. Trata-se, pois, do projeto de continuidade de um governo monárquico absolutista no Brasil” (Leite, 2001:166). É importante lembrar, contudo, o fato de Bonifácio ter feito, mais de uma vez, o elogio da monarquia constitucional, o que o colocaria no lado oposto ao absolutismo. Mas tal elogio, feito por escrito, contraria a própria prática política do autor, que pauta-se pela defesa da monarquia absoluta.

E foi um projeto que representou a evolução do pensamento do autor no rumo da construção de um projeto para a modernidade. Assim, Lima acentua a evolução do pensamento de Bonifácio, que vai da defesa de ideais fisiocratas, durante sua permanência em Lisboa, à defesa de reformas de cunho nitidamente capitalista, quando de sua participação no processo de emancipação (Lima,1976:64).

A preocupação com a manutenção da integridade nacional que ele via constantemente ameaçada pelo risco da fragmentação também fundamenta, desde o início, este projeto. Em circular expedida em 11 de novembro de 1822 na qual acentua a necessidade de reprimir duramente o que chama de “facção oculta e tenebrosa de furiosos, demagogos e oportunistas”, Bonifácio menciona o “sagrado elo, que deve unir todas as províncias deste grandioso Império ao seu centro natural e comum, donde somente lhe pode provir força, prosperidade e glória” (Moraes, 1982:470). A importância por ele atribuída a este elo sagrado é patente em toda sua obra e a fundamenta; este pequeno trecho, de certa forma, a explica toda e lhe dá consistência e organicidade.

E Chacon, finalmente, também sintetiza as diretrizes básicas do projeto nacional do autor, delineadas já neste período e defendidas sem grandes alterações daí por diante: “abolição da escravatura negra, defesa dos indígenas, reforma agrária, voto dos analfabetos, nacionalismo, ênfase na instrução pública” (Chacon,1974:19).

Tais diretrizes já são defendidas por ele em 1821, quando escreve as Lembranças e apontamentos do Governo Provisório para os senhores deputados da Província de São Paulo, e neste texto, ele já vincula firmemente, também, Independência e Constituição, aquela devendo levar a esta, e esta sendo elaborada já pelo autor, em minúcias tais como a imposição para toda a população brasileira andar uniformizada (Moraes Filho, 1972:78-80).

A trajetória política de Bonifácio segue, a partir daí, uma tendência inequivocamente conservadora que o leva a participar, em 1832, da fundação da Sociedade Conservadora, núcleo dos restauradores. Caio Prado Júnior descreve a composição desta sociedade: “figuravam entre eles os Andradas, inclusive José Bonifácio, então tutor de Pedro II; de ‘nativistas’ vermelhos antes da Independência, passam, com D. Pedro no trono do Império, a palacianos” (Prado Júnior, 1980:63).

Tal trajetória sofre, ainda, uma inequívoca linha descendente em termos de influência política que o faz ser, no início dos anos 30, um político mais respeitado e reverenciado que decisivo em termos de ação política. Lyra descreve tal situação:

“O velho estadista não gozava mais, nessa época, do mesmo prestígio que desfrutara anos atrás, ao tempo do Primeiro Reinado. Podia ser ainda respeitado por sua ilustração, por suas excelentes virtudes privadas, pelos serviços que prestara nos dias difíceis da organização do Novo Império. Mas politicamente era um homem à margem” (Lyra, 1938, v.I:61).

Tal respeito e reverência não deixam de lado, ainda, críticas ferozes e pessoais. Durante a Regência, por exemplo, surgem alusões a uma suposta insanidade de Bonifácio, seja na imprensa, veiculadas por Evaristo da Veiga e Torres Homem, seja através de várias declarações na Câmara (Fazenda, 1917, v. II:386).

CONHECIMENTO E MODERNIDADE

Bonifácio estava longe, contudo, de ser um intelectual *outsider*, mesmo transformando-se, no final de sua carreira política, em um membro da elites marginalizado pelo jogo de poder; pelo contrário,

foi, desde o início, um membro aceito e ativo da administração portuguesa e do *stablishment* intelectual de sua época. Costa descreve sua situação pouco antes de envolver-se no processo de Independência e ir de encontro aos interesses com os quais sempre esteve envolvido: “O ‘brasileiro’ José Bonifácio parecia, até os 56 anos de idade, perfeitamente integrado na vida pública portuguesa, ocupando altos cargos na administração, exercendo incessante trabalho intelectual e científico, publicando vários artigos em várias revistas especializadas da Europa” (Costa,1972:113).

E, enquanto pensador, Bonifácio sempre esteve bem acima de seus contemporâneos. Da vastidão de seus interesses enquanto intelectual, nos dá notícia Maria Graham que registra, em seu diário, uma visita à biblioteca do autor:

“Sua biblioteca estava bem provida de livros em todas as línguas. A coleção de química e de mineração é particularmente extensa e rica em autores suecos e alemães. Estes são realmente assuntos de peculiar interesse para o Brasil e foram naturalmente de primeira plana para ele. Mas seu encanto é a literatura clássica. Ele próprio é poeta e não de ordem inferior” (Graham, 1956:341).

A extensão dos interesses e leituras de Bonifácio evidenciada por este trecho aproxima o autor de uma característica comum aos intelectuais do período: sua área específica era a mineralogia, mas, como de praxe, ele necessita demonstrar conhecimentos clássicos (à parte seu real interesse pelo assunto) para ser considerado, realmente, um homem culto, e não apenas um técnico. E Bonifácio, como se vê, não foge à regra.

Para compreendê-lo como intelectual é preciso, ainda, analisarmos sua formação cultural. Herdeiro do iluminismo autoritário do Portugal pombalino onde se formou, Bonifácio herdou desta tradição político-cultural não apenas a obsessão pelo ordem e o reformismo ilustrado, mas, também, a preocupação com a difusão do conhecimento que adquire, em sua obra, um caráter redentor de símbolo a ser anteposto ao atraso da nação. Torna-se o núcleo de seu projeto e o leva a sugerir: “Em cada governo ou capitania deve haver uma livraria pública e uma tipografia” (Silva,1998:301).

A ABOLIÇÃO COMO META

É também a partir de sua formação iluminista que se deve buscar entender o precoce abolicionismo de Bonifácio. Precoce e pioneiro: Joaquim Nabuco reconhece o pioneirismo de Bonifácio ao tratar da emancipação dos escravos, apesar de ressaltar a insuficiência de seus projetos para o movimento abolicionista do qual ele era um dos líderes. Acentua, porém, que se os projetos de Bonifácio tivessem sido adotados a seu tempo, “a escravidão teria desaparecido do Brasil há mais de meio século” (Nabuco, 1977:88).

E Costa ressalta o pioneirismo do projeto de Bonifácio: “Continha o projeto, redigido em 1823, os germes de boa parte do pensamento abolicionista que atuará no Brasil até a abolição da escravatura em 1888. Na época, foi escassa sua repercussão” (Costa, s.d.:339).

A perspectiva crítica do autor perante a questão servil é conseqüência direta dos mais de trinta anos por ele vividos na Europa em companhia de uma burguesia ilustrada à qual repugnava instituições como o trabalho servil e o latifúndio monocultor e baseado no trabalho escravo que foi o alicerce da economia colonial: foi uma crítica ilustrada, com todo o alcance e, ao mesmo tempo, todas as limitações daí decorrentes.

Santos acentua a filiação de Bonifácio ao iluminismo e demonstra, ainda, como esta influência integra-o a toda uma corrente de pensamento presente e atuante no Brasil do século XIX. Desta forma, partindo de uma análise da Representação, a autora afirma:

“No texto que vamos analisar, um dos primeiros a expressar os ideais liberais no Brasil com tanta clareza e radicalidade, podemos verificar a presença de vários elementos que se repetirão nas obras de outros autores emancipacionistas e abolicionistas como Louis Couty, André Rebouças, Joaquim Nabuco, por exemplo, demonstrando a filiação de todos eles à mesma escola européia e representando a forma e as razões que fizeram com que parte da elite intelectual brasileira se opusesse à escravidão” (Santos, 1993:24).

É na já mencionada Representação que se condensam as idéias do autor perante o escravismo, e há um trecho que as sintetiza:

“Com efeito, imensos cabedais saem anualmente deste império para África; e imensos cabedais se amortizam dentro deste vasto país, pela compra de escravos que morrem, adoecem, e se inutilizam, e demais pouco trabalham. Que luxo inútil de escravatura também não se apresentam nossas vilas e cidades, que sem ele poderiam limitar-se a poucos e necessários criados? Que educação terão as famílias, que se servem destes entes infelizes, sem honra, nem religião? De escravas que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo porém se compensa nesta vida: nós tiranizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e ele nos inoculam toda a sua imoralidade e todos os seus vícios (Silva, 1998:53).

Este é um trecho exemplar por articularem-se nele as duas diretrizes básicas da crítica do autor ao escravismo: uma, de caráter econômico, aponta o caráter esterilizante da instituição, impedindo o livre desenvolvimento da economia e servindo como obstáculo à circulação de capital; outra, de caráter moral, apontando o caráter corruptor do escravo a conviver com as famílias dos senhores e a inocular-lhes sua degradação moral. Foram, estas, diretrizes comuns a todo o pensamento abolicionista que se articularia décadas depois.

A sempre citada *Representação à Assembléia Constituinte Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* foi escrita, é bom lembrar, já exilado na França, após sua participação na Assembléia Constituinte onde suas iniciativas a respeito da escravidão foram bastante tímidas. Como acentua Monteiro, “nos seis meses dos trabalhos da Assembléia, quer nos dois primeiros, sendo ministro, quer nos quatro seguintes, como opositor, com toda liberdade de ação, não tomou iniciativa alguma para trazer a questão a debate” (Monteiro, 1939, v. I:336). Resta, assim, uma pergunta destinada a ficar como conjectura: Bonifácio não apresentou seu projeto devido à abrupta dissolução da Constituinte por Pedro I, ou absteve-se de tratar de forma mais incisiva a questão por mera conveniência?

O projeto de Bonifácio atenta ainda, como lembra Dolhnikoff, contra dois pilares do escravismo: nega o caráter absoluto do poder do senhor sobre o escravo, relativiza-o e, com isto, ataca a essência mesma da escravidão, mesmo declarando inviável sua abolição imediata. E, ao sacramentar o poder estatal como instrumento de

regulamentação do escravismo e mediação entre o senhor e o escravo, elimina “a imensa dificuldade do poder público em transpor as porteiras das fazendas e impor-se ao poder público” (Dolhnikoff, 1996:134).

Mas é um projeto pragmático, e o pragmatismo de Bonifácio no tocante à escravidão fica claro quando o governo imperial é confrontado com a proposta inglesa de reconhecimento da Independência em troca da abolição do tráfico de escravos. Bonifácio reconhece a necessidade premente de obter tal reconhecimento como instrumento para afirmação e consolidação do processo de autonomia política. Como lembra Bethel:

“O fracasso em estabelecer a autoridade do imperador para além de qualquer dúvida podia ter graves conseqüências para o Brasil. O pronto reconhecimento e apoio da Inglaterra, cuja marinha comandava o Atlântico, cujo capital e comércio sustentavam o novo Império e que, além do mais, exercia grande influência sobre Lisboa, seria nitidamente decisivo” (Bethel, 1976:51).

Apesar de tudo isto, e apesar da visão crítica que ele sempre manteve em relação ao escravismo, falou mais alto o temor quanto às conseqüências de qualquer medida que ferisse os interesses dos senhores de escravos e solapasse o apoio das elites ao governo imperial. E é o próprio Bethel, ainda, quem conclui:

“Foi à luz dessas considerações que D. Pedro e José Bonifácio calcularam que os riscos políticos a correr de uma abolição prematura seriam ainda maiores do que os que poderiam resultar do não-reconhecimento: teriam contra eles os mais poderosos interesses econômicos do país e, embora pudesses resistir à pressão exercida pelos traficantes (a maioria dos quais era constituída de portugueses), antagonizar os grandes fazendeiros poderia pôr em perigo a estabilidade e até mesmo a existência do novo regime” (Bethel, 1976:53).

A escravidão é definida por Bonifácio como um obstáculo à modernização da agricultura e ao aumento da produtividade agrícola. Seu ideal, neste sentido, era uma agricultura sem

“Engenhos de muitos escravos, pois a Índia produzia muito açúcar e não tinha escravos; que a Conchichina exportava muito, tendo a proporção menor de trabalhadores, e isto porque sabiam tirar partido dos seus terrenos e os

aproveitavam tendo nos mesmos exemplos de casa, pois homens havia que com cem escravos faziam mais do que outros cem mil” (Silva,1973, v.1:61).

As referências à Índia e à Conchichina, neste contexto, não são gratuitas: Bonifácio escolhe países economicamente periféricos, como o Brasil, e demonstra como estes países conseguiram um caminho para o desenvolvimento, a modernização e o aumento da produtividade que passaram ao largo do escravismo tal como adotado no Brasil.

Ao posicionar-se sobre a escravidão, Bonifácio busca equilibrar-se entre interesses contraditórios: reconhece o impacto negativo que a instituição traz ao país em termos sociais, econômicos e morais (a escravidão como instrumento de corrupção moral seria um tema a ser constantemente retomado pelos abolicionistas e mesmo pelos defensores da escravidão) e, principalmente, como um obstáculo intransponível à modernização do país, mas, ao mesmo tempo, teme a perda do apoio político dos senhores de escravos, o que poderia levar à queda do governo e à uma convulsão política (o que de fato ocorreria décadas depois, quando a abolição foi efetivamente promulgada). Nesta tentativa de equilíbrio, ele opta não pela manutenção do sistema nem pelo seu fim, mas por sua abolição gradual.

A busca deste equilíbrio o levou, ainda, a pressentir, na escravidão, o fator institucional capaz de aniquilar o processo de conciliação nacional do qual ele se assumiu como condutor. Como acentua Mercadante:

“José Bonifácio parece ter tido quando menos a intuição da forma conciliatória como fator de unidade nacional. Sua liderança não implica transigência quanto ao ponto fundamental da independência política. Mas reformula seus pontos de vista no que tange à escravatura, cuja abolição consistira numa das principais reivindicações do mercado externo” (Mercadante, 1980:74).

A opção de fazer a Independência sem tocar de imediato nos interesses ligados ao escravismo pareceu a ele, de fato, a única alternativa viável para o momento histórico, mas teve conseqüências: permitiu que o processo de transição política tivesse seus efeitos

drasticamente anulados a nível social, mantendo-se inalterada a predominância dos senhores de escravos.

A escravidão nunca foi vista por ele como uma instituição isolada da sociedade, cumprindo analisá-la a partir das várias conexões que a ligam à sociedade, à política e à economia brasileira. Segundo Silva:

“Como era de seu hábito, José Bonifácio não se confinava neste ou naquele ângulo do problema servil, não desligava do econômico o social, nem do social o ético e o político, de tal sorte que a abolição do tráfico e da escravatura aparecia como a grande questão de ordem nacional, em correlação com as várias estruturas coletivas: a política, a social, a econômica” (Silva, 1973:498).

A crítica de Bonifácio à escravidão parte, finalmente, do medo da rebelião escrava que era sentido por todos os membros das elites – ele, inclusive – e da necessidade de eliminar o instrumento de corrupção nacional que era, segundo ele, o escravo. Mas, entre seus contemporâneos, como lembra Carvalho, foi a dele a perspectiva mais ampla:

“Mas fala em favor da lucidez de José Bonifácio que pensasse também em aspectos que tinham a ver com o longo prazo e diziam respeito às bases da nacionalidade e da comunidade política que se pretendia criar... Fala novamente em favor do autor da *Representação* o fato de ele ter visto na escravidão uma instituição incompatível tanto com o cristianismo como com o direito natural e com a sociedade de mercado” (Carvalho, 1988:297).

A postura de Bonifácio perante a questão servil foi, assim, sempre marcada pelo mais estrito pragmatismo e suas convicções a respeito não chegaram a vir à tona no período em que sua ação política foi decisiva a nível nacional e não a determinou. O memorando divulgado em maio de 1823, por exemplo, no qual defendia o fim do tráfico de escravos fazia parte de um plano secreto para trocar com o governo inglês o reconhecimento do país e o fornecimento de mercenários pela extinção do tráfico, com a resolução da questão servil em um de seus aspectos fundamentais sendo manipulada visando atingir o que ele considerava a questão suprema: a consolidação da Independência (Caldeira, 1996:98).

Bonifácio apenas não transigiu quando se tratou de tornar definitiva a própria ruptura com Portugal. Como lembra Rodrigues, “José Bonifácio varia conforme as circunstâncias históricas: a princípio não quer a separação, quer a unidade de dois Impérios livres; depois é rigoroso e inflexível e a Guerra da Independência é dirigida por ele até a vitória de 1823 na Bahia” (Rodrigues, 1982:41).

INDIANISMO E QUESTÃO RACIAL

O projeto de resgate do escravo fica mais claro quando o comparamos com o projeto de resgate do indígena proposto pelo autor: em ambos, fica clara a visão do elemento a ser resgatado como um ser degradado e inferiorizado pela opressão. E fica claro ser este um projeto a ser levado adiante pelas elites.

Bonifácio acentua a viabilidade deste projeto de resgate: “Daqui porém não se deve concluir que seja impossível converter estes bárbaros em homens civilizados: mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes” (Silva, 1998:95). Dois pressupostos: eles são bárbaros, eles são civilizáveis. Tal barbárie é justificável, de certa forma, pela própria opressão a que foram submetidos: “Eu sei que é difícil adquirir a sua confiança e amor; porque, como já disse, eles nos odeiam, nos temem, e podendo nos matam, e devoram. E havemos desculpá-los; porque com o pretexto de os fazermos cristãos, lhes temos feito muitas injustiças, e crueldades” (Silva, 1998:97). E tal conversão implica, também, na conversão de métodos: “É preciso pois imitar, e aperfeiçoar os métodos de que usaram os jesuítas” (Silva, 1998:101).

A política indigenista proposta por Bonifácio é embasada em sua formação iluminista: tal formação pressupõe a perfectibilidade humana, mas pressupõe, também, uma intenção pedagógica e uma missão civilizadora a ser assumida pelo homem branco que teria como objetivo inserir o indígena em um estado social onde – e apenas onde – tal perfectibilidade seria passível de ser alcançada (Cunha,1986:172). O objetivo básico desta política foi a integração pacífica do indígena na sociedade brasileira, mas tal objetivo tomou como ponto de partida, por sua vez, a inexistência de uma sociedade

indígena ou, pelo menos, negou qualquer validade a seus fundamentos. Foi uma integração, de qualquer forma, a ser feita pela persuasão e não pela violência e o extermínio. Como afirma Gagliardi referindo-se ao caráter pacífico da política proposta pelo autor:

“Nesse sentido, propôs que o relacionamento entre o Estado e as populações indígena fosse orientado por quatro princípios básicos: justiça – como meio de assegurar que as terras dos índios fossem compradas e não esbulhadas –, brandura, constância e sofrimento – para cativar seus sentimentos e pregar-lhes a fé cristã” (Gagliardi,1989:30).

A questão indígena remete, por sua vez, à questão racial. Bonifácio preocupa-se, já, com esta questão, em um momento histórico em que o debate sobre raça ainda encontra-se praticamente ausente no panorama cultural brasileiro. E, ao fazer o elogio da mestiçagem, parte de uma perspectiva que seria consolidada apenas um século depois por Gilberto Freyre.

Reconhecendo o pioneirismo de Bonifácio em relação à muitas de suas próprias idéias, Freyre encarrega-se de fazer a apologia do autor e, ao fazer isto, empresta a ele idéias e conceitos que são próprios de sua obra, transformando-o não apenas em “um tanto pioneiramente, um quase cientista social” como em um precursor dele próprio. A formação científica de Bonifácio, segundo Freyre, permitiu a ele “ser o idealizador extraordinário que foi, da organização nacional de um povo misto de europeu e de não europeu, de civilizado e de telúrico, de ibérico e de tropical – tarefa múltipla: complexamente social, não apenas política ou jurídica”. E permitiu-lhe, ainda, entrever a futura existência de uma democracia racial nos moldes idealizados pelo próprio Freyre. Desta forma, comparando Bonifácio a Gobineau, ele afirma:

“Dos dois quase futurólogos, José Bonifácio se apresenta atualmente como o que mais lucidamente entreviu o desenvolvimento do Brasil numa população e numa cultura nacionais que, mais do que qualquer outra, dentre as, para ele, futuras, se aproximaria – e se aproximaria em escala monumental, a despeito de dificuldades consideráveis na realização de um ‘tipo ideal’ em qualquer sentido da expressão democracia, além de social, metarracial. Democracia metarracial que seria do agrado de Bonifácio, se a tivesse imaginado no seu tempo” (Freyre, 1972:36).

Como acentua Dolhnikoff, “Bonifácio acreditava que a mestiçagem criaria um repertório cultural comum, em que prevaleceria a superioridade branca, sendo portanto também um instrumento civilizador” (Silva, 1998:23). Também em comum com Freyre temos o elogio do mulato como elemento de transição entre o branco e o negro cujas qualidades são realçadas em contraste com o índio:

“O mulato deve ser a raça mais altiva e empreendedora; pois reúne a vivacidade impetuosa e a robustez do negro com a mobilidade e sensibilidade do europeu; o índio é naturalmente melancólico e apático, estado de que não sai senão por grande efervescência das paixões, ou pela embriaguez: a sua música é lúgubre, e a sua dança mais ronceira e imóvel que a do negro” (Silva, 1998:257).

Ainda segundo Dolhnikoff, “para Bonifácio, a mestiçagem, na verdade, deveria cumprir dos papéis fundamentais: liquidar as profundas diferenças raciais e, ao mesmo tempo, civilizar índios e negros por meio da mistura sanguínea, mas também cultural, com os brancos” (Dolhnikoff, 1996:126).

E o próprio índio pode e deve ser resgatado, mesmo que parcialmente, de sua condição inferior pela miscigenação:

“Não se pode dizer que os índios do Brasil sejam incapazes de compreensão e discurso, porém não são capazes de pensar profunda e aturadamente. A sua conversação e divertimentos o mostram claramente. São preguiçosos, dorminhocos, pesados e voluptuosos; por isso não é muito fora de propósito o que dizem alguns, que entre o índio e o europeu do meio e norte da Europa há a mesma diferença que entre os índios e os monos grandes. Porém a mistura de branco e índio dá homens muito robustos e valentes, ainda que as faculdades mentais fiquem as mesmas” (Silva, 1998:133).

Uma preocupação científica que seria característica da eugenia que entraria na moda décadas depois – com os funestos resultados conhecidos – também já se faz sentir em sua obra quando ele se preocupa em diferenciar as qualidades físicas de cada raça a partir das características que definem o crânio de seus representantes: “O crânio do americano difere essencialmente da raça mongol – tem a linha facial mais inclinada que o negro, e a testa mais para dentro, a queixada inferior é mais larga que a do negro, e as maçanetas do rosto mais arredondadas que a do mongol, as protuberâncias do

cerebelo são pouco sensíveis” (Silva, 1998:130). Seria apenas uma curiosidade se não apontasse para uma característica de sua obra: para o bem ou para o mal, dependendo da perspectiva a partir da qual a analisamos, a obra de Bonifácio encontra-se, muitas vezes, na soleira de debates que iriam marcar todo o desenvolvimento cultural brasileiro: a crítica à escravidão, a antecipação de questões que marcariam todo o pensamento abolicionista (e dariam às diretrizes da crítica de Joaquim Nabuco, por exemplo), por um lado, e o reconhecimento da incompatibilidade visceral entre os princípios democráticos e a identidade nacional, além da antecipação de temas básicos do debate sobre a questão racial (por exemplo, a importância que estudos embasados na eugenia teriam neste debate) por outro.

MODERNIDADE E AGRICULTURA

Bonifácio trata, já em seu tempo, de temas ainda hoje polêmicos e irresolvidos como a reforma agrária a partir de colocações que, ainda hoje, são retomadas. Aborda, assim, a questão das propriedades improdutivas, defendendo sua incorporação ao patrimônio estatal. Busca a criação de mecanismos que permitissem o acesso a terra aos membros das camadas mais pobres da população. E demonstra, já, uma preocupação ecológica ao propor a criação de leis que restringissem o desmatamento. Tais propostas, listadas por Costa, demonstram o nível de pioneirismo e radicalismo a que chega o projeto de reformas delineado pelo autor, mas demonstra, também, uma característica marcante de seu pensamento que é seu legalismo. Como também assinala Costa, “ao preconizar a sua política de terras, José Bonifácio não pretendia ser revolucionário. Inspirava-se em textos jurídicos que regiam o Brasil colonial” (Costa, 1972:144). Antes que uma ruptura com fins revolucionários em relação ao passado, temos uma retomada de antigos textos legais com fins reformistas.

Diz muito, ainda, sobre os projetos do autor a praga que ele roga sobre as plantações paulistas de açúcar: “Se eu pudesse alguma coisa para com Deus, lhe rogaria quisesse dar muita geada anualmente nas terras de serra acima, onde se faz o açúcar, porque a cultura da

cana tem sido muito prejudicial aos povos” (Silva, 1998:181). Tanto desejo de destruição devotado à uma cultura fundamental para o Brasil deriva da recusa à um sistema econômico do qual o açúcar, historicamente, foi representante. A cultura açucareira, na perspectiva do autor, encarece os gêneros de primeira necessidade ao monopolizar a escravidão, favorece a escravidão ao incentivar a introdução de grande número de escravos, é uma cultura anti-ecológica ao levar a destruição de *belas matas*, absorve grande número de trabalhadores livres que poderiam ser utilizados na agricultura e gera um sub-produto altamente nocivo que é a cachaça. É todo um sistema econômico herdado da Colônia e baseado na grande propriedade monocultora e alicerçada no trabalho escravo que Bonifácio deseja ver substituído por um sistema radicalmente oposto.

IDENTIDADE NACIONAL E PESSIMISMO

E, também em relação ao debate sobre a identidade nacional, Bonifácio surge como pioneiro. Já encontramos, em sua obra, a busca por uma identidade nacional e um reflexão sobre as características desta identidade, e as conclusões à que tal busca e tais reflexões levam são consideravelmente negativas. Tal identidade tem, na escravidão, um vício de origem cuja permanência a deturpa irremediavelmente: “No Brasil, não há legislação que vede a prostituição evitando as causas, e castigando as infrações; não há lei que destrua pela raiz a indolência causada pela escravidão, ignorância, superstição e fertilidade” (Silva, 1998:185). E, desta origem viciosa, jorram os defeitos: o brasileiro obstina-se em puerilidades, é ignorante e vaidoso, é preguiçoso por não ter quase necessidade de trabalhar, é falso e dissimulado.

O clima e a religião são fatores decisivos na constituição desta formação defeituosa, já que “os calores continuados e as superstições religiosas são obstáculos constantes à indústria e atividade” (Silva,1998:188). A virtude é uma qualidade contrária à formação nacional e deve afirmar-se contra ela: “No Brasil a virtude, quando existe, é heróica, porque tem que lutar com a opinião, e o governo”

(Silva, 1998:190). Mas Bonifácio acha tal situação compreensível, dada a própria formação do brasileiro: “Como podem ser eles virtuosos, se não são, para dizer assim, mecanicamente educados para a virtude; se desde a mais tenra mocidade todos os exemplos que os rodeiam os conduzem ao crime e ao mais envilecido egoísmo” (Silva, 1998:187).

A perspectiva crítica em relação à identidade nacional tem conseqüências políticas que inviabilizam a adoção, no Brasil, da liberdade política: apontam para a inevitabilidade do autoritarismo. Isto porque:

“Os brasileiros querem ter liberdade; mas liberdade individual, e não as que tinham as repúblicas antigas, que era só a pública ou política. Não estão em estado de fazer sacrifícios contínuos ou pessoais, para figurarem nas assembleias e na administração; assim temo muito que o nosso edifício social não acabe em pouco tempo, logo que afrouxe o entusiasmo momentâneo que o gerou” (Silva, 1998:201).

Escrito após a demissão de Bonifácio do ministério, estas palavras revelam um estadista pessimista em relação à obra política que construiu e desiludido com a nação para a qual destinou tal obra. E não é apenas o ressentimento de quem sofreu uma derrota política; trata-se do pessimismo de um intelectual acostumado a pensar seu país.

LIBERALISMO E PRAGMATISMO

Este pessimismo explica, ainda, o pensamento político do autor. O liberalismo de Bonifácio não exclui o papel fundamental a ser desempenhado pelo Estado. Este funciona, em sua obra, como uma barreira à agitação democrática.

No exílio, Bonifácio faz a autocrítica de sua passagem pelo poder, e é uma autocrítica tingida pelo pessimismo e pela desilusão perante a efetiva implantação de seus ideais políticos, os quais passam a ser vistos precisamente como ideais; de implantação inviável em uma realidade que os recusa. Bonifácio sintetiza seus erros e sua desilusão em uma frase: “O Brasil agora é feito para a democracia ou para o despotismo – errei em querer dar-lhe uma monarquia

constitucional” (Silva, 1998:256). Caminho harmonioso entre duas opções que ele rejeita, a monarquia constitucional seria, para Bonifácio, a solução agora perdida em uma trajetória que implica em duas saídas, ambas desastrosas:

“Que resta pois? Uma democracia sem experiência, desunida, corrompida e egoísta; ou uma realeza, sem confiança e sem prudência; fogosa e despótica sem as artes de Augusto, nem a dissimulação profunda de um Tibério. A catástrofe é inevitável, mas qual será, como e quando? Esperemos pelo tempo que no-lo mostrará. Acontecimentos inesperados vão precipitando esta crise necessária” (Silva, 1998:257).

Bonifácio foi um liberal pronto a transigir com a especificidade das condições sociais brasileiras e sempre receoso em relação às consequências de 1789. Souza acentua este aspecto fluido de seu liberalismo e, ao mesmo tempo, o caráter intransigente e autoritário da monarquia constitucional por ele proposta:

“Convencido de que a Independência à sombra de um tronco constitucional era a solução mais conveniente e mais prática, e decidindo-se por essa fórmula sem obedecer a qualquer impulso de temor reverencial ou de superstição monárquica, antes com a lucidez de quem escolhia objetivamente o caminho menos perigoso. Repugnava-lhe tudo que viesse restringir ou comprometer a autoridade do futuro monarca apenas em homenagem a belas teorias e retumbantes pregões” (Souza, 1957, t. II: 444-445).

Scwharcz acentua, mesmo a existência de um traço milenarista no monarquismo de Bonifácio: “Já na época da fundação da monarquia brasileira José Bonifácio, leitor de Vieira, insistia nas correlações entre uma realeza na América e a emergência do milenarismo do Quinto Império – o ‘Império da terra sobre a terra’ – conforme previra o religioso em História do futuro” (Scwharcz, 1999: 289).

Na defesa da primeira Fala do Trono feita perante a Assembléia Geral, Bonifácio busca fazer o elogio da Constituinte a partir da defesa da ordem, confundida por ele com a vontade do povo brasileiro:

“Que quer este povo? E para que tem trabalhado até agora o Governo? Para centralizar a União e prevenir as desordens que procedem de princípios revoltosos... Queremos uma Constituição que nos dê aquela liberdade de

que somos capazes, aquela liberdade que faz a felicidade do Estado, e não a liberdade que dura momentos; e que é sempre a causa e o fim de terríveis desordens. Que quadro nos causa a desgraçada América! Há 14 anos que se dilaceram os povos, que tendo saído de um governo monárquico pretendem estabelecer uma licenciada liberdade; e depois de terem nadado em sangue, não são mais que vítimas da desordem, da pobreza e da miséria” (Silva, 1973, v.1:11)

O objetivo específico do Governo é a ordem, por ele definida como a felicidade e o meio para a obtenção deste objetivo é exatamente o que torna específico o Brasil em meio à desordem latina, ou seja, a manutenção da monarquia.

Ao mesmo tempo, o que o autor busca é a construção de uma situação intermediária entre a monarquia absoluta, por ele definida em outro texto como “uma aristocracia encoberta e por isso tem todos os males do despotismo e da aristocracia” e o que ele considera a anarquia a ser temida como o maior dos males. Nesta busca, ele estabelece a monarquia constitucional como o ideal a ser perseguido e, neste mesmo trecho, ele conclui: “a melhor Constituição é aquela que conserva os homens em paz e amizade, e defende, e garante os direitos políticos e civis; pelo contrário aquela que faz temer contínuos tumultos e que não pode fazer respeitar as leis é péssima” (Silva, 1973, v.2:10).

E a defesa da monarquia constitucional é fundamentada, por fim, na própria formação racial do brasileiro. Para Bonifácio, “os homens por cujas veias corre sangue ibérico não são feitos para república, mormente se no sangue têm alguma mescla africana; e se a sua religião é a católica. Daqui concluo que o melhor sistema de governo que o Brasil pode ter é a monarquia temperada, com instituições análogas às da Grã-Bretanha” (Silva, 1998:227). Ao fim e ao cabo, devido à sua formação racial e religiosa, o brasileiro é, portanto, congenitamente incompatível com a república.

Na execução de seus projetos políticos, Bonifácio não hesitou em aliar-se aos setores mais conservadores para colocar em práticas seus projetos. Mas foi uma aliança marcada por contradições e fadada a ter um caráter transitório. Como acentua Costa:

“A aliança de José Bonifácio com os elementos mais conservadores, cujos interesses interpretava ao propor a solução monárquica, ao sugerir eleições indiretas, ao tentar reprimir as agitações através de um esquema rígido de segurança, era uma aliança precária, tendo em vista suas opiniões favoráveis à emancipação gradual dos escravos e contrárias à posse improdutivo das terras, assim como sua antipatia pelos títulos de nobreza tão almejados pela maioria dos proprietários de terra e prestigiosos comerciantes” (Costa, 1972:123).

Foi uma contradição fatal ao prestígio e à influência política de Bonifácio, e que redundou em uma contradição insanável: por mais que buscasse caminhar afinado com os setores conservadores por ver em seu apoio e em seu domínio político as condições indispensáveis à consolidação do processo de independência e do próprio Brasil enquanto nação, Bonifácio permaneceu, junto a tais setores, no máximo como um companheiro de viagem de idéias perigosas e pouco afinadas com seus reais interesses. Neste contexto, a ruptura de tal aliança seria questão de tempo e terminaria por selar seu destino político.

As contradições que assinalam o liberalismo de Bonifácio se contribuem para inviabilizar sua aliança com os conservadores, colocam-no, por outro lado, no terreno oposto ao liberalismo radical que o teve na conta de inimigo a ser derrotado. E não sem razão: Bonifácio é um liberal e mesmo um progressista em termos econômicos e sociais, mantendo-se coerente com as influências da Ilustração que absorveu em sua longa temporada européia, mas foi, também, um coerente adepto do conservadorismo em termos políticos, e sua defesa da monarquia constitucional tinha limites bem precisos.

E mesmo o processo de construção política nacional não poderia ser algo a ser tocado a partir do nada. Como lembra Freitas:

“O pensamento de José Bonifácio era o de que, em primeiro lugar, devia-se proceder ao erguimento da estrutura física do país, isto é, organizá-lo financeira e administrativamente e só depois, então, cuidar-se da sua construção social, como unidade federativa, regida por um conjunto de leis, elaboradas e votadas pelos representantes da nação” (Freitas, 1958, v. II:29).

Neste processo marcado pelo gradualismo, as reformas políticas defendidas pelos liberais arriscariam, na perspectiva do autor, perturbar

todo um processo de longo prazo que teria, como pressuposto básico, a urgente manutenção da ordem; daí todo o caráter arbitrário das medidas por ele tomadas no poder.

Neste contexto, Ferraz demarca a especificidade do liberalismo de Bonifácio:

“O seu conceito de liberdade, e nisso vai a grande diferença entre o liberalismo que defendia e o dos radicais, é de que a liberdade não é a afirmação de um valor absoluto em si mesmo, mas, simplesmente, a afirmação da autonomia numa sociedade em determinado momento histórico e da relatividade de sua independência diante da autoridade... O Estado, para José Bonifácio, é a instituição mais importante e sua sobrevivência, diante da agitação democrática, dependerá do controle que exerça sobre as liberdades individuais. Por isso, a função das câmaras é fortalecê-lo” (Ferraz, 1996:73-77).

A liberdade e os direitos individuais perdem espaço para a manutenção da ordem, tarefa especificamente estatal. Trata-se de um liberalismo que busca garantir o controle do indivíduo pelo Estado, antes de permitir o controle pela sociedade, e onde o medo à anarquia sobrepõe-se à preocupação com a salvaguarda aos direitos individuais. Todo o projeto de reformas proposto por Bonifácio é elaborado tendo em vista este limite preciso: toda a reforma deve ser conduzida de forma a não se constituir em pretexto ou ponto de partida para qualquer movimento que ameace a ordem estatal.

Faoro ressalta as limitações do liberalismo proposto por Bonifácio, e que ainda são as limitações do liberalismo brasileiro: “A anomalia desse liberalismo não era a convivência com a escravidão, mas a nota tônica do sistema constitucional, colocada no Estado, e não no indivíduo, em seus direitos e garantias” (Faoro, 1994:80). O liberalismo brasileiro predominante – simbolizado por Bonifácio e rival do liberalismo radical de um Caneca, por exemplo – é herdeiro do pombalismo: toma como fiador a intervenção estatal e carrega, em seu bojo, uma profunda desconfiança quanto à ação popular.

É representativa desta antinomia a furiosa reação de Bonifácio contra o radicalismo político pernambucano que levaria à Confederação do Equador. Enquanto os pernambucanos insurgem-se contra a nova

ordem institucional e o aristocrático sistema hierárquico por ela elaborado, Bonifácio (embora não esconda seu desprezo pelos novos aristocratas) defende tal sistema como esteio indispensável à manutenção da ordem – preocupação suprema do político e do estadista. O choque, então, é inevitável, e Besouchet o descreve:

“A reação não se faz esperar: por decreto de 16 de maio de 1823, José Bonifácio ordena a dissolução, em Pernambuco, ‘de uma sociedade que ali existia e se ocupava em propagar doutrinas revolucionárias’, e concomitantemente exige a deportação de Cipriano Barata, que tinha chegado à Província com Lino Coutinho, depois de abandonar sua cadeira na Assembléia Constituinte Portuguesa. Era o resultado do choque entre as tendências liberais republicanas e o monarquismo já francamente absolutista de José Bonifácio” (Besouchet,1985:219).

Seria fácil, de qualquer forma, atribuir a guinada conservadora dada por Bonifácio ao assumir o poder a um mero oportunismo de quem abandona seus ideais uma vez de posse das rédeas políticas, mas, em seu caso, reduzir sua trajetória política à um esquadro tão pobre seria simplificação inaceitável. Tratava-se, para ele, de consolidar o processo de formação de uma nova nação a partir da criação e fortalecimento dos instrumentos de autoridade que ele via como indispensáveis a tal processo. Tudo o mais – a liberdade política, inclusive – era visto como acessório, supérfluo ou hostil: estranho à dinâmica que deveria reger o processo, e como ressalta Oliveira Lima, “pareceu a José Bonifácio, que era naturalista, fazendo aplicação ao mundo moral das regras elementares do mundo físico, que a primeira coisa a fazer era eliminar os corpos estranhos” (Lima, 2000:159).

Todo o projeto político-social de Bonifácio tem, como objetivo, a consolidação pacífica do processo de modernização nacional, mas ele nega ao Brasil, ao mesmo tempo, a capacidade de ingressar de forma autônoma na modernidade. Esta deve, necessariamente, ser importada (e, aqui, também de forma pioneira, entra o elogio da imigração) e deve implicar no abandono de qualquer pretensão quanto à originalidade. Isto porque entramos com atraso na trilha que leva à civilização e devemos, para não nos perdermos no caminho, seguirmos

as pistas deixadas pelas nações que conhecem melhor o caminho. Conclui, então:

“Como o Brasil começa a civilizar-se no século XIX deve chamar e acolher a todos os estrangeiros, que lhe podem servir de mestres nos ramos de instrução, e economia política; deve não querer ser original, mas imitador por ora, apropriando-se das outras nações o que convém melhor à sua situação política e física. Deve olhar para trás, para encher o vazio que tem desde o ponto de que saiu, até o ponto atual das outras nações, enchendo a série intermédia com brevidade, mas com prudência” (Silva, 1998:173).

E os projetos para a modernidade de Bonifácio levaram-no a antecipar-se e a propor idéias que seriam concretizadas apenas mais de um século depois como, por exemplo, a criação de uma nova capital chamada Brasília (ou Petrópolis), no centro geográfico do Império, o que levaria, segundo ele, à criação de uma rede de estradas que dinamizaria e internalizaria o fluxo comercial (Carelli,1994:105). Também, aqui, ele surge como pioneiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESOUCHET, L. 1985. *José Maria Paranhos: Visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BETHEL, L. 1976. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo, EPU/Edusp.
- . 2001. A independência do Brasil. In BETHEL, L. (Ed.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo/Brasília, EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, v. III.
- CALDEIRA, J. 1986. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARDOZO, M. 1970. Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época. In THOMAS, H. H. & EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CARELLI, M. 1994. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasi.*- Campinas, Papirus.
- CARVALHO, J. M. de. 1988. Escravidão e razão nacional. *Dados*, Rio de Janeiro, 31(3).
- CHACON, W. 1974. Ideário dos fundadores do Império-Nação brasileiro. *Revista de Ciência Política*, Belo Horizonte, 17(1).
- COSTA, E. V. da. s.d. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difel.
- . 1972. José Bonifácio: homem e mito. In MOTTA, C. G. (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva.

- CUNHA, P. O. C. da 1970. A fundação de um Império liberal: discussão de princípios. In HOLANDA, S. B. de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, t. II, v. I.
- CUNHA, M. C. da. 1986. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense.
- DOLHNIKOFF, M. 1996. O projeto nacional de José Bonifácio. *Novos Estudos CEPBRAP*, São Paulo, 46.
- DOLHNIKOFF. 1998. Introdução. In SILVA, J. B. de A. e. 1998. *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FAORO, R. 1994. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática.
- FAZENDA, J. V. 1917. *Antiquárias e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial.
- FERRAZ, S. 1996. *Liberais e liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife, Editora Universitária da UFPE.
- FREITAS, C. de. 1958. *George Canning e o Brasil*. São Paulo, Nacional.
- FREYRE, G. 1972. A propósito de José Bonifácio. *Cultura*, Rio de Janeiro, 6.
- GAGLIARDI, J. M. 1989. *O indígena e a República*. São Paulo, Hucitec/EDUSP/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
- GRAHAM, M. 1956. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo, Nacional.
- LEITE, R. L. 2001. *Republicanos e liberais: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LIMA, H. F. 1976. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo, Nacional.
- LIMA, O. 2000. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo, Top Books/Publifolha.
- LINS, I. 1962. Perfil de José Bonifácio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9.
- . 1972. Atuação de Dom Pedro I e José Bonifácio na Independência. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, 13.
- LYRA, H. 1938. *História de D. Pedro II (1825-1891)*. São Paulo, Nacional, v.1.
- JANCSÓ, I. & PIMENTA, J. P. G. 2000. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In MOTTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo, Senac.
- MARTINS, W. 1996. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor.
- MERCADANTE, P. 1980. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MONTEIRO, T. 1939. *História do Império: o Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia.
- MORAES FILHO, E. de. 1972. O constitucionalismo liberal de 1823. *Revista de Ciência Política*, Belo Horizonte, 6(3).

- MORAES, M. 1982. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.
- NABUCO, J. 1977. *O abolicionismo*. Petrópolis, Vozes.
- PRADO JÚNIOR, C. 1980. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense.
- RODRIGUES, J. H. 1982. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SCWHARCZ, L. M. 1999. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTOS, G. 1993. José Bonifácio, o iluminismo e a emancipação de escravos. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 24.
- SILVA, R. de A. e. 1973. O libelo de José Bonifácio contra a escravatura e o trabalho servil. *Revista de História*, São Paulo, 1.
- SILVA, J. B. de A. e. 1973. *Obras políticas*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal,
- . 1998. *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOUZA, O. T. de. 1945. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- . 1957. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro. José Olympio.
- WOLF, F. 1955. *O Brasil literário (História da literatura brasileira)*. São Paulo, Nacional.